

Destaque Home 01

[Destaque Home 01 – Intranet MPSC](#)

23.4.2015 | Procuradoria-Geral | Administração

Memorial e os antigos concursos no MPSC

O Memorial do Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) está sistematizando as informações contidas num conjunto de documentos antigos guardados no Arquivo Geral da instituição que mudam a maneira como a nossa história vem sendo contada. São 19 volumes que registram os procedimentos referentes aos concursos de ingresso na carreira promovidos ao longo dos anos 1950. Até então, acreditava-se que o primeiro concurso acontecera em 1962.

Como explica o historiador Gunter Axt, os concursos foram estabelecidos pelo Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado, de 1949, bem como pela Lei Orgânica do Ministério Público do Estado, de 1952. Constituíam-se em prova de títulos e análise de um trabalho jurídico (ou peça jurídica) conduzidos por uma comissão formada pelo Procurador-Geral do Estado, pelo presidente da seção catarinense da OAB, por um representante do Tribunal de Justiça indicado pelo presidente da Corte, por um Subprocurador-Geral e pelo Secretário do Ministério Público. Os editais eram lançados conforme as vagas apareciam. Às vezes, podiam prever o preenchimento de vagas para várias comarcas.

Já em outras oportunidades, num mesmo ano, eram abertos diferentes editais para comarcas individuais. Dentre os requisitos para a inscrição, estavam a média aritmética das notas finais de cada matéria do curso jurídico, a inscrição na Ordem dos Advogados e a idoneidade moral comprovada, normalmente atestada, em documento registrado, por um Juiz de Direito. Por esse sistema, foram preenchidas 36 vagas, entre 1952 e 1959, para 22 diferentes comarcas.

Na época, o Ministério Público era chefiado pelo Procurador-Geral do Estado, acumulava as atribuições de defesa da sociedade com a defesa do Estado e não usufruía da autonomia institucional e das garantias funcionais que atualmente marcam a atuação de seus membros.

O primeiro concurso foi realizado em oito de novembro de 1952 para preenchimento das promotorias públicas das comarcas de Chapecó, São Joaquim, Ibirama, Concórdia e Urussanga. Os primeiros colocados foram José Daura (que mais tarde chegou a Procurador-Geral) e Alcides Abreu, que optaram, respectivamente, pelas comarcas de Chapecó e Ibirama. São eles, portanto, os primeiros promotores concursados do Ministério Público de Santa Catarina. A maioria das vagas preenchidas foi na região Oeste no Estado. Na região litorânea, apenas a comarca de Biguaçu teve uma promotoria pública suprida por esse sistema.

As estagiárias de História Dandara Oliveira e Cristhina Boni Lavratti preencheram para cada concurso uma ficha de dados, concebida pelo Memorial, e elaboraram uma tabela que relaciona os trabalhos jurídicos apresentados por cada candidato. Cada concurso

aprovava para cada comarca três candidatos. Ao todo, foram 305 inscrições, de 85 diferentes candidatos, dentre os quais apenas duas eram mulheres. Uma das principais conclusões a que se chegou é que os promotores interinos, isto é, nomeados pelo Procurador-Geral de Justiça e que não gozavam de estabilidade funcional, aparentemente não usufruíam prerrogativas especiais, pois grande parte dos aprovados não atuava na instituição e alguns interinos precisaram se submeter à prova mais de uma vez para lograr a aprovação.

No momento, o Memorial está transcrevendo algumas peças jurídicas submetidas à banca pelos candidatos que participaram desses antigos concursos e, assim, estuda a possibilidade da elaboração de um livro, ou de artigos, para revelar uma espécie de raios-x da produção jurídica de Santa Catarina na década de 1950. Os temas abordados pelos candidatos são bastante diversos, mas há certa incidência de assuntos ligados ao Direito do Trabalho. Também aparecem temas afetos ao chamado Direito dos Menores, aos crimes relativos à legítima defesa da honra, à prática de aborto, ao infanticídio e à eutanásia. Há, também, reflexões sobre instrumentos como o mandado de segurança e estudos sobre a dinâmica sociohistórica da criminalidade, como um que se debruça sobre o desenvolvimento da criminalidade em São José.